

O
PARAHYBANO

04 DE FEVEREIRO
DE 1892

O PARAHYBANO

ORÇÃO DO POVO

ANNO I	Assignatura CAPITAL Por mez.....1\$000 Folha avulsa.....100 Pagamento adiantado	PARAHYBA DO NORTE QUINTA-FEIRA 4 DE FEVEREIRO DE 1892	Assignatura INTERIOREESTADOS Por trimestre...4\$000 Editaes e apedido al. 100 Annuncio idem 60 rs.	N. 13
--------	---	--	--	-------

«OPARAHYBANO» PUBLICA-SE ÀS
TERÇAS, QUINTAS E SABBADOS.

GOVERNO DO ESTADO

ADMINISTRAÇÃO DA JUNTA GO-

VERNATIVA

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Ministerio dos Negocios do Interior—1.ª Secção—Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1892.—Confirmando o telegramma d'esta data, declaro em solução a consulta feita em telegramma de 12 do mez findo, que os paróchos podem passar certidões dos actos relativos ao estado civil dos cidadãos (nascimentos, casamentos e obitos) e cuja attestation lhes compete de conformidade com as leis anteriormente em vigor; e, si se recusarem a fazê-lo, devem ser coagidos a exhibir os livros em juízo, mediante acção competente.—Ao govêrno do Estado do Piahy.—José Hygino Duarte Pereira.

DECRETO N. 8

A junta governativa do Estado da Parahyba do Norte:

Considerando que o decreto n. 69 de 30 de setembro do anno passado, referente à organização judiciaria, tem carencia de legitimidade, porquanto regulando um dos mais importantes poderes politicos do Estado, e prescrevendo a forma processual em materia criminal, di-pendo assim das garantias da liberdade individual, intimamente ligada á semelhante forma, é intuitivo que, o poder executivo promulgando semelhante decreto, exhorbitou de suas attribuições, sendo semelhante trabalho da competencia do poder legislativo, por quanto;

Considerando que a veracidade de semelhante proposição é corollario logico dos principios basicos da divisão e competencia dos poderes politicos, incumbindo ao poder legislativo, como representante mais directo do povo, regular os outros poderes de limitar-lhes suas attribuições, estabelecer, em summa a esphera propria da acção de cada um delles; e que originando-se da confusão ou inversão de semelhantes principios—concentração—como succedeu no caso vertente, dar-se-hia o despotismo, que, conforme os doutos ensinamentos dos publicistas, é a soberania concentrada nas mãos de um só individuo, e, portanto, a completa negação do systema republicano;

Considerando que na constituição á que se soccorreu o citado decreto mais exuberava a veracidade do que dito fica, uma vez que no art. 10, § 32 declarou

ser attribuição do congresso—legislar sobre organização judiciaria e processual—roborando mais semelhante attribuição, quando no art. 47, com referencia ao art. 46, considerou de exclusiva competência do mesmo congresso a lei de organização judiciaria, como se patenteia das seguintes palavras: «uma lei ordinaria regulará as funções e competencia de cada um dos órgãos do poder judiciario, bem como a organização dos tribunals»;

Considerando que quando fosse intenção do citado decreto ater-se exclusivamente á disposição do art. 4.º dos preceitos transitorios da citada constituição, infirmados ficariam as preditas disposições, o que não seria consoante com os mais crassos principios da hermeneutica jurídica, que ensina dever fazer-se a interpretação das leis de sorte que suas disposições não se tornem illusorias; e d'ahi se infere que para evitar semelhante absurdo deve supprir-se que o decreto n. 69 é provisório, o que, assim sendo, pôde ser abrogado pelo mesmo poder que o originou;

Considerando que quanto antes é urgente acautelar sagrados direitos do povo, feridos pelo mesmo decreto, por quanto tratando-se do jury, instituição popular por excellencia, mutilou semelhante instituição, não só a reduzindo a um numero restricto, como abolindo a sua secreta das conferencias para collocar o conselho de sentença em comunicação directa com o juiz togado, que o dirige ao seu talento, attentando assim contra as mais salubres precauções que a nossa legislação havia empregado, tornando por moito a legislação de países livres e bem policia-dos, como a America do Norte, Inglaterra e França, para que o veredictum do jury fosse a expressão de uma convicção plenamente independente e isenta de allias suggestões, afim de não perigarem a liberdade, honra e vida do cidadão;

Considerando que o citado decreto, criando a despezas de 102:000\$000, relativa ao poder judiciario sem decretar os recursos necessarios, é inexequível porque na ausencia do poder legislativo, o unico competente para occorrer á semelhante despesa, a afflictiva situação do thesouro não pôde comportar-a; e que, assim sendo, seria expôr a magistratura ás mais cruciantes provações da vida, quando deve estar ao abrigo d'ellas para manter sua honrificação, que sempre foi um dos seus mais bellos ornamentos, sendo provavel que pela carencia de recursos, teria de dissolver-se, d'ahi resultando gravissima emergência aos interesses sociais, o que convém, quanto antes, obviar;

Considerando que não é somente pela decretacao de sua constituição que o Estado entra no gozo de seu peculiar regimen, sendo indispensaveis as leis organicas de seus serviços, como reconheceu o parócho dos vinte e um membros do congresso na-

cional, firmado á 2 do mez ultimo, e que este Estado não tem uma só lei organica, não se podendo nem ao menos argumentar com uma constituição que foi victimada pelo embate da commoção popular que aqui se deu no dia 27 de dezembro ultimo, decreta:

Art. 1.º Fica revogado o decreto n. 69 de 30 de setembro do anno findo, e sem effeito todas as nomeações decretadas em virtude d'elle.

Art. 2.º Continúa em vigor a legislação anterior ao referido decreto, referente ao pessoal da justiça, policia, suas attribuições, vencimentos, leis processuaes e divisões territoriaes.

Art. 3.º Os juizes de direito e municipaes, que existiam ao tempo da promulgação do referido decreto, deverao voltar ás commarcas e termos em que exercião sua jurisdição e assumir o exercicio dos respectivos cargos, dentro de trinta dias, contados da data da publicação d'este decreto.

§ Unico. D'esta disposição exceptuam-se os juizes de direito declarados disponiveis por decreto do governo federal os quaes deverão aguardar a designação que tiver de fazer o mesmo governo, conforme o aviso de 23 de janeiro do corrente anno, dirigido a esta junta.

Art. 4.º Enquanto os juizes de direito e municipaes não entrarem no exercicio dos respectivos cargos, os supplentes de juizes municipaes e em sua falta os intendentes deverão assumir o mesmo exercicio, conforme a lei islação vigente.

Art. 5.º Os promotores, que não forem destituídos ou removidos por esta junta, deverão entrar no exercicio de seus cargos dentro do prazo mencionado.

Art. 6.º Enquanto não fôr definitivamente organizada a magistratura estadual, continuarão os feitos á serem julgados em segunda instancia pela Relação de Pernambuco, á qual devem ser remetidos, quanto antes, os que pendiam de decisão ao extinto tribunal superior do Estado, conforme o telegramma do ministerio da justiça, de 30 do mez findo, e aviso do mesmo ministerio de 10 de agosto de 1891.

Art. 7.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Palacio do governo do Estado da Parahyba do Norte, em 2 de fevereiro de 1892.

Claudio do Amaral Saraget
Eugenio Toscano de Brito
Joaquim Fernandes de Carvalho.

Decreto n.º 7

A junta governativa do Estado decreta:

Art. 1.º O pessoal da Biblioteca do Estado compor-se-ha de um secretario e um porteiro.

Art. 2.º As funções de director da mesma Biblioteca passarão a ser exercidas pelo director da instrucção publica que superintenderá todo serviço que estava a cargo do logar extinto de director.

Art. 3.º Os vencimentos de secretario e porteiro serão os

mesmos consignados nas disposições geraes do dec. n.º 47 de 29 de novembro de 1890.

Art. 4.º O governo do Estado expedirá novo regulamento para a referida Biblioteca.

Art. 5.º Revogão-se as disposições em contrario.

Palacio do governo do Estado da Parahyba do Norte em 30 de janeiro de 1892.

Claudio do Amaral Saraget
Eugenio Toscano de Brito
Joaquim Fernandes de Carvalho

Décreeo n.º 9

A junta governativa do Estado decreta:

Art. unico. Fica revogado o decreto n.º 24 de 23 de junho de 1890, que mandou annexar ao termo do Ingá o districto de subdelegacia d'Agua Doce do termo de Alagôa Grande, revogadas as disposições em contrario.

Palacio do governo do Estado da Parahyba do Norte, em 2 de fevereiro de 1892.

Claudio do Amaral Saraget
Eugenio Toscano de Brito
Joaquim Fernandes de Carvalho.

DIA 29

Portarias:

Nomeando sob proposta do director da instrucção publica, o professor de latim do lyceu parahybano, bacharel Antonio Alfredo da Gama e Mello, para reger interinamente a cadeira de portuguez do mesmo lyceu, e a da mesma materia e de pedagogia do Externato Normal.

Remetteu-se a portaria ao director da instrucção publica, para os fins devidos.

Removendo as professoras interinas do ensino primario, D. D. Diamantina Francelina Tavares Barrêto e Luiza Cavalcante de Brito, a primeira, da cadeira da povoação do Riachão do Bacamarte para a de Mata Virgem, e a ultima desta cadeira para aquella.

Nomeando o cidadão Cicero de Azevedo e Silva para reger interinamente a cadeira do ensino primario da villa de Umbu-seiro.

Communicou-se ao director da instrucção publica, para os fins convenientes.

Nomeando, sob proposta do dr. chefe de policia, o cidadão João Baptista Cavalcante de Albuquerque para o cargo de delegado do termo de Mamanguape.

Nomeando o cidadão Theophilo João Ferreira para o de subdelegado do districto de Bananeira.

Exonerando o cidadão Antonio de Paula do de 3.º supplente do subdelegado do districto de S. Rita e nomeando para substituí-lo o cidadão Antonio Ferreira de Mendonça.

Nomeando para o de 1.º supplente do subdelegado do districto de Cabedello o cidadão Manoel Maria de Figueiredo.

Remetteu-se as portarias ao dr. chefe de policia, para os fins devidos.

Offícios:

Ao dr. chefe de policia, remetendo, afim de providenciar como no caso couber, copia do officio que em data de 25 do corrente mez, dirigiu a esta junta o conselho o de intendencia do municipio de Serra da Raiz.

Ao inspector do thesouro do Estado, remetendo, em original, o aviso circular do ministerio dos negocios da fazenda, de 12 do corrente mez, afim de que informe, com urgencia, sobre o seu assumpto, devolvendo-o opportunamente com a respectiva informação.

Ao mesmo, communicando que em data de 2 do corrente mez, o bacharel Joaquim Eloy Vasco de Toledo passou, por motivo de molestia, o exercicio do cargo de juiz de direito da comarca de Alagôa do Monteiro ao presidente do conselho de intendencia do municipio respectivo, conforme participou em officio daquela data.

Ao contador servindo de inspector da thesouraria de fazenda, accusando a receção do officio de hontem datado, communicando que, tendo o cidadão inspector da mesma thesouraria deixado o exercicio em consequencia de haver de seguir para a capital federal, a objecto de serviço publico, assumiu naquelle as funções daquelle cargo.

Ao cidadão Dionisio Eugenio Freire de Mendonça, delegado de policia do termo de Alagôa Grande, declarando, em resposta ao officio de 25 do corrente mez, que esta junta ficou sciente e approvou a deliberação tomada por aquelle cidadão de contrahir compromisso, afim de exercer o cargo de delegado daquelle termo, para o qual foi ultimamente nomeado, perante o conselho de intendencia do respectivo municipio.

DESPACHOS

Bacharel Domingos de Abreu Vasconcellos.—Informe o thesouro.

Offícios do inspector da thesouraria de fazenda e do presidente do conselho de intendencia do municipio do Pilar.—Ao dr. chefe de policia para providenciar.

Uma commissão dos estudantes do lyceu parahybano.—Completado o sello, volte querendo.

DIA 30

Portarias:

Exonerando o bacharel Antonio Hortencio Cabral de Vasconcellos do logar de procurador fiscal da fazenda do Estado, e nomeando para o referido logar o bacharel Francisco Chateaubriand Bandeira de Mello.

Communicou-se ao inspector do thesouro, para os fins convenientes.

Exonerando o cidadão José de Assumpção Santiago do de administrador da meza de rendas da cidade de Mamanguape e nomeando para substituí-lo o cidadão Vicente Ferrer de Carvalho.

Exonerando o cidadão José Evaristo Monteiro do de ecri-

vão da mesma mesa de rendas e nomeando para substituí-lo o cidadão José Vicente Toscano Barreto.

Remetteu-se as portarias ao inspector do thesouro, para os fins devidos.

Considerando sem effeito os actos de 25 do corrente mez, pelos quaes foram nomeados os cidadãos Antonio Thomas de Araújo Aquino, Antonio Lopes de Souza, Anísio Pereira Carneira para os cargos de presidente e membros do conselho de intendencia, do municipio de Misericordia, Jonas J. e R. e m. i. s. Freire Chaves e Alexandrino Pereira Lopes para os de 1.º e 3.º membros substitutos.

Nomeando para os de presidente e membros do referido conselho os cidadãos capitão Manoel Pereira Carneira, Antonio de Araújo Calado e Antonio Thomaz de Araújo Aquino e para o de 1.º membro substituto o cidadão João Severino da Silva.

Nomeando, sob proposta do dr. chefe de policia, o cidadão Manoel José Esteves para o cargo de delegado do termo de Planco.

Considerando sem effeito, sob proposta do mesmo dr. chefe de policia, os actos de 25 do corrente mez, pelos quaes foram nomeados os cidadãos João Severino da Silva, José da Fonseca Calanna, Jusino Gomes Pereira da Silva e João Vieira de Souza para os cargos de delegado, 1.º, 2.º e 3.º supplentes do termo de Misericordia e Virgolino Rodrigues de Souza, Ernesto de Araújo Medeiros, Alfredo Graciano Pereira de Alexandria e José Gomes Duarte Sobrinho para os de subdelegado e respectivos supplentes do districto do mesmo nome.

Nomeando para os de delegado e 1.º supplente do referido termo de Misericordia os cidadãos tenente Antonio Leite da Costa Guimarães e José Correia da Silva e para o de subdelegado do districto do mesmo nome o cidadão Antonio Lopes Brasileiro.

Remetteu-se as portarias ao dr. chefe de policia, para os fins convenientes.

Offícios:

Ao inspector do thesouro do estado, communicando, em resposta ao officio desta data, sob n.º 18, que, a isenção do imposto de transitio compracende-se para o gado que passa de um para outro estado, pelo territorio deste, e não o gado que vem de outro estado com destino a este para ser aqui vendido, devendo providenciar, com urgencia, para que seja em Itabayana e nos demais logares cobrado o imposto de gado que, provenientes de outros estados, são neste vendidos, e bem assim solicitar desta junta quaesquer providencias que julgar necessarias para garantir dos interesses da fazenda.

Ao mesmo, determinando que seja addido aquella repartição na qualidade de administrador do extincto consulado provincial, o cidadão Francisco José do Rosario, que occupara o logar de director da bibliotheca do Estado, visto ter sido extincto, por decreto desta data, o referido logar.

Ao mesmo, communicando que, em data de 25 do corrente mez, o bacharel João Machado da Silva, deixou, por motivo de molestia, o exercicio do cargo de procurador da justiça da comarca do Batalhão, e bem assim que na mesma data foi nomeado interinamente e assumiu o exercicio do referido cargo, o cidadão Acelino dos Santos Costa Villar, conforme participaram em officios de aquella data.

Ao dr. director da instrucção

publica, remetendo, para os fins convenientes, copia do decreto n.º 7 da presente data.

DESPACHOS

Officio do dr. chefe de policia. —Ao thesouro.

Maria Elysa Vero. —Em vista da informação do thesouro, deferido.

Candido Garcia do Amaral. —Informe o commandante do corpo policial.

A companhia «Restillação e Tonaaria Mechanica Parahybana» —Ao inspector do thesouro para informar.

O PARAHYBANO

Congresso e Magistratura

VI

Temos nos occupado até o presente da necessidade inadiável de revogar-se o decreto de 30 de setembro, pela sua illegitimidade, e mais ainda por não estar nas nossas forças financeiras a possibilidade de manter-se tão dispendiosa magistratura: apresentamos o nosso esboço de organização, e mostramos a grande economia que se conseguia, sem entretanto, ficarmos privados de uma prompta e recta administração da justiça.

Fizemos sentir, que a junta governativa, a quem se achão conferidos os mais discricionarios poderes, tinha competencia, sem ultrapassar as raiaes do justo e do honesto, para dentro da lei, que determinou a nova organização politica do paiz, levar a effecto a providencia que temos apontado.

Dado, porém, que não deva a patriótica junta governativa entrar na organização da justiça, com a instituição da magistratura estadual, por carecer de melhores estudos, e principalmente por não querer assumirse a responsabilidade de crear uma despesa sem ter sido para isto autorizada pelo poder legislativo, embora esteja este poder hoje concentrado em suas mãos pela investidura popular que receberam os conspicuos membros da junta na jornada de 27 de dezembro, nem por isto poderá ella ser detida ante taes considerações, para não revogar o formidoloso decreto dos cento e oitenta e seis contos e duzentos mil réis annuaes.

Até que venha o congresso constituinte, cujo decreto de convocação certamente não se fará esperar, e até que este diga a sua ultima palavra sobre o assumpto, temos o alvitre legal e racional, de que não deixará certamente a digna junta governativa de lançar mão.

Com a pacifica revolução de 27 de dezembro, voltamos ao estado de desorganização politico-administrativo-judiciaria legislativa, que nos creou, e nem podia deixar de crear, a revolução de 15 de novembro de 1889, que, derrocando um regimen, proclama-

mo o regimen republicano feoderativo, que nos devemos esforçar por manter em sua melhor organização, em sua organização por excellencia.

O ex-governador Venancio Neiva, nada absolutamente fez no sentido de assegurar aos povos, que lhe foram confiados pela sorte da revolução, a sua prosperidade abrigada a sombra de instituição asseguradora da paz, da ordem e do progresso.

Pelo contrario: longe de organizar, podemos dizer, somente praticou actos de verdadeira desorganização do que nos dá mais vivo testemunho o decreto de 30 de setembro.

Tanto esta verdade foi reconhecida pela illustrada junta governativa, que esta, com a sabedoria que a distingue, e com a segurança dos mais legitimos conceitos, decretou a suspensão da constituição de 5 de agosto.

Dada a suspensão do pretenso pacto fundamental, preceituante de nossa vida autonoma, desaparece necessariamente tudo o quanto era corollario do mesmo pacto fundamental. E assim deixa de ter razão o decreto de 30 de setembro com sua pessima organização do serviço judiciario.

Mas a justiça não pôde, nem deve ser paralisada na sua acção.

E certo que, ella não paralisa, dispensada essa magistratura mal instituida, e voltando a seus lugares os juizes e mais funcionarios preexistentes, desde que temos voltado ao começo para entrarmos em legitima via de boa, legal e regular organização do Estado; o que não se pôde fazer instantaneamente.

Eis, portanto, o que se nos affigura que será desde logo decretado pela junta, para poupar-nos a vergonha da franca manifestação de insolvabilidade do Estado na ausencia e impossibilidade de pagamento a esses trinta juizes de direito, equiparados ao resto do funcionalismo, cujo pagamento o sr. Venancio Neiva teve a habilidade de deixar em tamanho atraso, conforme já se demonstrou nas columnas d'este jornal, com o irresistivel argumento dos numeros.

Seguido, porém, esse alvitre, o mais prompto, parece-nos, que deverá ser organizado o tribunal superior, ante o qual vão terminando os feitos, desde que o Estado de Pernambuco já se acha com a sua magistratura estadual organizada, sem que na organização judiciaria se cogitasse, porque mesmo não se o devia, de subordinar-se a jurisdição do seu tribunal superior as deliberações das justicias de outro Estado.

Será o caso inevitavel de uma criação dictatorial, ante a suprema lei que rege os destinos da humanidade, a necessidade; pois na segurança com que tem agido a patriótica junta governativa, estamos certos que nenhum mal

advirá ao Estado com as deliberações, que ella sabe tomar, guiando-se sempre pelo bem estar dos povos, pela mais assentada moralidade administrativa, pelos principios da mais rigorosa economia, e pelo sentimento de justiça que tanto a tem distinguido.

Isto feito, poder-se-ha aguardar a reunião do congresso com poderes constituintes, o qual não somente modificará e completará a constituição de 5 de agosto, mas também tratará logo de votar as leis annuaes de receita e despesa e de força publica, e bem assim as leis complementares para a exacta observancia dos preceitos constitucionaes.

Entretanto, cumpre desde logo agir, para sahirnos do estado em que nos achamos, e entrarmos na verdadeira vida de um povo civilisado, a vida constitucional, com toda somma de garantias, embora ellas nos não tenham faltado depois do dia 27 de dezembro, quando para nossa honra, e esperança de um melhor porvir foi deposto esse governo oligarchico, que tão fundo ia cavando a ruína d'este Estado.

Confiamos tudo da junta governativa e do futuro que se nos antolha cheio de prosperidades.

Santa Casa de Misericordia

E' por demais lamentavel o estado financeiro d'este pio estabelecimento de caridade.

Sem poder satisfazer aos seus compromissos, sem ter mesmo recursos para attender as suas mais urgentes necessidades, é possivel que se veja obrigado a fechar as suas portas aos que a ellas baterem.

Sendo, como é, o unico estabelecimento d'este genero que entre nós existe, entretanto nunca mereceu a alta attenção do immortal, que deixou-o no critico estado em que se acha.

Lamentando este facto, que significa mais um dos beneficos feitos a esta infeliz terra pelo sr. Venancio, não animamo-nos a solicitar providencias da benevolenta junta governativa, por não ignorarmos como não ignorara toda a população, a situação financeira do thesouro publico.

Chegada

Da capital federal chegou no ultimo paquete o sr. desembargador Epaminondas de Souza Gouveia.

Filho desta terra, da qual achava-se ausente ha longos annos, s. ex. que fora ultimamente aposentado como desembargador da Relação do Ceará, vem novamente fixar sua residencia entre nós.

A' tão illustre cidadão apresentamos nossos cumprimentos.

Revolta de presos

Pela falta absoluta de espaço não podemos informar os nossos leitores de todos os pormenores sobre a revolta de presos na fortaleza de Santa Cruz; entretanto fizemos um ligeiro apunhado do que a respeito escreveu o *Jornal do Commercio* em suas edicções de 20 e 21 do mez p. findo.

Pelas 5 horas da manhã do dia 10, as praças de pret do 1.º batalhão de artilheria de posição descerão ao refeitório, e apenas chegados, um grande numero de presos capitaneados pelo 2.º sargento Silvino Honório de Magalhães, entrou e fechou a porta do dito refeitório.

Isto foi logo notado pela officina de estado, pelo commandante e outros officiaes que, verificando o occorrido, tiveram a sorte de ser levados a presença do major, ficando recolhidos e desarmados.

Pelas 7 horas da manhã chegando a fortaleza o sr. capitão de engenheiros Miranda, que com 10 operarios, ia continuar os trabalhos que estava a fazer conjuntamente com o sr. capitão José Americo de Mattos, e pretendendo entrar, foi-lhe pelo chefe da revolta e por um cabo do corpo de marinheiros nacionais exposta a attitudde que elles haviam assumido, pedindo então os mesmos revoltosos ao dito capitão para ser portador de um officio ao general Floriano intimando-o para deixar o governo, passando-o ao marechal Deodoro, dentro do prazo de duas horas, sob pena de bombardearem a capital federal.

Retiraram-se então capitão e operarios.

Tendo o sr. ajudante general do exercito sciencia da revolta, pouco depois, dirigiu-se para a sua repartição afim de providenciar como o caso exigia. Chegou logo depois, o ex-genera Simeão, ministro da guerra, que depois de dar as competentes ordens, dirigiu-se ao arsenal de marinha afim de conferenciar com o sr. contra-almirante Custodio de Mello.

As 11 horas da manhã o 7.º batalhão sob o commando do tenente-coronel Olympio Ferraz embarcou em uma barca Ferry, indo desembarcar em S. Domingos, de onde seguiu a pé para a fortaleza.

Deixou o 10.º de seguir igualmente por se haver encontrado com o vice-presidente da Republica, que determinara ao respectivo commandante, tenente-coronel Travassos, que fosse ao Itamaraty.

S. Exc. conferenciou então com diversos chefes de corpos, dando algumas providencias.

A' esta mesma hora chegava a repartição do ajudante general o seu secretario coronel Calado, que desempenhara-se da commissão que lhe encarregara o seu chefe. Essa commissão era a seguinte: ir o sr. coronel secretario a fortaleza procurar dominar o espirito dos revoltosos, o que feito porém não teve resultado, pois a despeito de todas as ponderações feitas pelo corajoso militar, que fora recebido com tiros por parte dos revoltosos, ao sargento Silvino, chefe da revolta, respondeu este: *que estava firme em seu posto, obteendo aos seus principios politicos; que em uma revolução na capital federal tinha sido aclamado governador absoluto d'aquella praça de guerra e que estava admirado que seus aliados não se houvessem revoltado em terra, como se haviam comprometido. Ou Deodoro assume o*

poder ou nós vamos até o fim. Estamos resolvidos a ficar sepultados nas pedras d'aquella fortaleza.

As tres horas da tarde sahiu novamente o 10.º batalhão, bem municado, levando duas metralhadoras e carros com munições, ficando todos os demais corpos de promptidão.

As 5 horas da tarde embarcaram em lancha a vapor na ponte do Arsenal de Guerra, os srs. ministros da marinha e guerra, ajudante general do exercito e diversos outros officiaes, afim assistir os navios da esquadra tomarem posição, que foi a seguinte: «entre as fortalezas de Lage e Santa Cruz o cruzador *Parahyba*, entre Lage e Willegaignon o encouraçado *Bahia* e entre Santa Cruz e Jurububa o encouraçado *Aquidaban*. As canhoieiras *Carrioca* e *Cananéia* foram, esta para a enseada de Milogo e aquella para a de Boquerão.

Contra o cruzador *Parahyba*, foi atirada uma bala que, cahindo a 20 metros de distancia, levantou uma forte columna d'agua.

Os encouraçados *Aquidaban*, *Riachuelo* e *Solimões* illuminarão a bahia com seus focos electricos; o rebocador *Atadas* e as lanchas do Arsenal fizeram a ronda durante a noite; a divisão de torpedeiros estava a prompta a primeira voz, bem como o corpo de marinheiros nacionais e o batalhão naval.

As 6 horas da tarde o general Floriano conferenciou no arsenal de marinha com o sr. contra-almirante Coslho Netto, estando presentes alguns ministros, o chefe de policia da capital federal, officiaes de terra e mar e alguns srs. deputados.

As praças encasteladas no refeitório arrombaram a porta, sendo algumas d'ellas obrigadas a adherirem a revolta sob pena de morte.

Os revoltosos permitiram a retirada das familias dos officiaes.

Um capitão do 7.º batalhão remetteu presos trez revoltosos que foram recolhidos ao xadrez do arsenal de guerra.

A escolha militar esteve de promptidão.

O batalhão academico foi cumprimentar o presidente da Republica que, agradecendo a saudação, disse que «os embargos que creavam os inimigos da situação e a opposição que se votava não eram dirigidas a sua pessoa, mas sim contra as portas do thesouro, mas elle morreria junto do cofre dos contribuintes, com honra e probidade.»

O sr. vice-presidente da Republica foi muito victoriado, quando tomava o seu carro fóra do portão do arsenal de guerra.

Os revoltosos tiraram a ponte que liga com a terra a fortaleza de Santa Cruz.

Diz o *Jornal do Commercio*, de onde fizemos esse ligeiro extracto, que os presos revoltados são em numero de cento e trinta e tantos.

Muitos marinheiros, e o sargento Silvino declararam ao capitão Barbosa Franco, que estava preso no forte do Pico, que a resolução por elles tomada havia sido previamente combinada e que eram chefes da revolta os srs. contra-almirante Saldanha da Gama e general Almeida Barreto.

(Continua.)

Fabrica de Cimento Brasileiro

Ante-hontem, 2 do corrente, foi a ilha do Tirity theatro de uma animadissima festa popular.

O pessoal tecnico e operario d'aquelle importante estabelecimento industria, por iniciativa dos srs. Jorge Pessoa e Thomaz dos Santos, almoxarife e guarda-livros da fabrica, fez uma recepção festiva ao seu digno director-gerente, dr. Luiz da Nobrega, chegado de Pernambuco.

Tendo sido cumprimentado pela commissão que foi recebida no Cibeóllo, saltou o dr. Nobrega na estação central da estrada de ferro Conde d'Eu, e d'alli dirigindo-se ao casca da praia 15 de Novembro, embarcou com destino a ilha, acompanhado da mesma commissão, de alguns amigos e apreciadores e da banda de musica do corpo de policia, em escalares adre te preparados.

O Tirity apresentava um aspecto sombrio, e com a melodia da musica se harmonizavam os bellos improvisos decorativos que ornavam o palacete da gerencia e suas dependencias, o pateo e a estrada, até ao molhe ou ponto de desembarque.

Na ilha foi efferecido ao dr. Nobrega um lauto almoço, e n'aquella occasião foi elle de novo e especialmente felicitado por commissões dos diferentes ram's do serviço da fabrica.

Durante o banquete foram levantados diversos brindes, entre os quaes os seguintes:

Do dr. Diogo Sobrinho em nome do povo e das classes operarias, ao dr. Nobrega, o estroeno, intelligente e benemerito propugnador da industria Parahybana;

Do dr. Nobrega, agradecendo a solidariedade industrial Brasileira, especialmente ao commercio da Parahyba, em cujo seio a fabrica conta alguns accionistas e que com o seu importante contingente de acção e capitães muito concorreu para o bom exito da empreza, e também ao futuro das classes trabalhadoras;

Do sr. E. de Aragão ao dr. Lavallée, digno gerente da fabrica, cujos trabalhos intelligentemente dirigidos attestavam lisongeiamente a sua conducta, merecimento, intelligencia e dedicação; e finalmente aos srs. Jorge Pessoa e Thomaz dos Santos, empregados que com a solicitude e aptidões que lhes são peculiares, haviam consideravelmente de contribuir para a prosperidade da fabrica.

Depois do almoço o dr. Nobrega, em companhia do dr. Diogo Sobrinho e outros convidados, se dignou com gentileza e cavalheirismo percorrer

todos os pavimentos da fabrica, cujo importantissimo machinismo, magistralmente montado, funcionou com geral applauso e admiração.

Foi um modesto festival, mas uma expressiva manifestação de apreço, consideração e reconhecimento ao dr. Nobrega, na qual, entretanto, não deixou de transparecer a magnitude das grandes festas do progresso e da civilização.

Nossas saudações ao dr. Nobrega.

Senador José Bernardo

Este illustre cidadão que, como dissemos, devia de chegar no paquete *Porto Alegre*, procedente da capital federal, seguiu hontem pela ferro via «Conde d'Eu» para o Rio Grande do Norte.

Durante a sua curta estada entre nós, o illustre senador rio-grandense cumprimentou a junta governativa e foi visitado por muitos de seus amigos.

Desejamos-lhe viagem feliz e que chegue em breve ao seu Estado, que ansioso o espera.

Hospedes

Têm estado entre nós os pres-timosos cidadãos, dr. Elias Eliaco E. da Costa Ramos, tenentes coroneis João Santa Cruz Oliveira e João Lourenço Porto.

Ainda protestos!

O ex-director da bibliotheca o sr. Francisco José do Rosario, protestando diz ou dá perfeitamente a entender que foi demittido daquella cargo, o que não se deu.

Simplemente foi elle mandado addir ao thesouro do Estado, de modo a prestar alli os seus serviços.

Mais seriedade e menos patristismo sr. major.

Foro

Juizo dos casamentos
Audencia do dia 3 de fevereiro

JUIZ.—o cidadão Jacintho José da Cruz, supplente em exercicio
ESCRIVÃO.—Gabriel Fernandes de Carvalho Pinto.

PRIMEIROS PROCLAMAS

Bacharel Amaro Gomes Carneiro Beltrão e d. Maria Amalia Azevedo Silva.
Cadete João Antonio Fernandes de Carvalho e d. America Espinola de Franca.
Graciano José da Silva e d. Luiza Encarnação da Silva.

SEGUNDOS PROCLAMAS

João Marques da Silva e Antonia Maria da Conceição.

SERVIÇO MILITAR

DIA 3

Ronda a guarnição o sr. tenente Jorge de Mello.

Estado maior o sr. alferes Manoel Garcia.

DIA 4

Ronda a guarnição o sr. tenente Mithias da Costa.

Estado maior o sr. alferes Quintino.

Biblioteca Publica

Foi este estabelecimento frequentado ante-hontem por 12 pessoas e hontem por 21 ditas.

Magistratura

Na secção competente publicamos o decreto da junta governativa do Estado, revogando o de 30 de setembro do anno proximo findo, que organisou a magistratura estadual.

E' uma pecca importante para a qual chamamos a attenção de nossos leitores.

Novos medicos

Receberam o grão de dr. em medicina pela faculdade do Rio de Janeiro os nossos patricios Francisco de Assis Vasco de Toledo e Cactano de Farias Castro.

NEIVEIDA

ACONTHECIMENTOS DO ESTADO DA PARAHYBA DO NORTE
Não acabou, quando uma figura se lhe mostra com um ar de incendiario, fessimo, disforme cataduro, fessimo o rosto, olhar vibrante e vario, barba grisalha e sã, e na postura firme e na desse enistrio logo tremendo e pallido advinha Ter Venancio o feroz Come-gallinha.

(Do *Jornal do Commercio* de 15 de janeiro ultimo)

Se não fosse a este homem calmo agazalhar-se para compensar as fadigas do dia, recolhendo-se a um ambiente, no qual só se respira a felicidade, qual é a do lar da familia, onde a palavra amorosa da esposa e o beijo dos filhinhos só têm encanto, quando o povo parahybano faz-lhe um apello; dirigia a multidão, composta em sua maioria de agricultores importantes, medicos distinctos, magistrados integros, e bachareis notaveis, coronel, o povo acaba de elegel-o presidente da junta que governará d'ora em diante este Estado e iremos d'aqui depor o dr. Venancio.

O coronel, sempre moderado, não perdeu o fim para que tinha sido transferido, fez ver ao povo, que amainasse, pois, elle era chefe da guarnição não queria e nem podia aceitar a honra que acabava de receber.

O povo reluctou e disse, coronel não está no dever do vosso patriotismo e menos no cargo que occupaes recuar neste momento; porque perderdes vossa missão e manchareis, talvez os vossos galões, deixando que corra o sangue parahybano.

Diante desta contigencia, sabendo o coronel, que quando a soberania popular quer até a coroa cede, e ali estão os dias 7 de Abril de 1831 e 15 de Novembro de 1889, sabendo mais que o dr. Venancio só era apoiado pelo elemento official, principalmente pela policia, cedeu, indo ainda garantir o mesmo dr.

APEDIDOS

Ao publico

Aureliano Soares da Silva, proprietario e negociante domiciliado em S. Miguel do Itaypi, do municipio de Pedras de Fogo, havendo, por ponderosos motivos pessoas e razoaveis interesses particulares, de retirar-se d'aquella localidade, resolve vender por preço modico todas as mercadorias do seu estabelecimento mercantil, consistente em sacos e molhados, utensilios de

padaria e pertencas, (servico completo), bem como duas boas casas contiguas, uma propria para residencia e a outra para a industria commercial, onde tem estabelecido o mesmo estabelecimento, casas essas que, conforme convier, também alugará.

E' negocio de grande vantagem para todo aquelle que, desistindo-se a vida profissional do commercio, quizer commettel-o, em condições razoaveis, ao proprietario annunciar, com quem deverão tratar quaesquer propoñentes, n'aquella mesma localidade.

Parahyba, 3 de Fevereiro de 1892.

Aureliano Soares da Silva.

(8)

A verdade dos factos

Um parahybano, em cujo coração, ferve verdadeiro amor de bairro, não pôde tragar silencioso os ultrages, que o «Estado do Parahyba», tem vomitado contra o distincto e bravo militar o coronel Claudio do Amaral Savaget.

E se não é assim, vejamos. Porquê foi transferido para aqui este coronel, deportando-se o não menos distincto e bravo collega o coronel Bento da Gama?

Não teria sido porque o «Estado» reconhecia n'elle elevado merito, superior mesmo ao do deportado?

Não pôde negar, ainda mesmo querendo.

Mas não foi só por isto que merecesse aquelle militar, foi também porque reconhecia o «Estado» n'elle, a par de sua intelligencia e bravura, a calma precisa para ser o mediador plastico entre o dr. Venancio e a altiva officialidade do 27 batalhão, que achava-se desgostosa.

Tera o «Estado» o arrojo de negal-o?

Pois bem: ia este homem calmo agazalhar-se para compensar as fadigas do dia, recolhendo-se a um ambiente, no qual só se respira a felicidade, qual é a do lar da familia, onde a palavra amorosa da esposa e o beijo dos filhinhos só têm encanto, quando o povo parahybano faz-lhe um apello; dirigia a multidão, composta em sua maioria de agricultores importantes, medicos distinctos, magistrados integros, e bachareis notaveis, coronel, o povo acaba de elegel-o presidente da junta que governará d'ora em diante este Estado e iremos d'aqui depor o dr. Venancio.

O coronel, sempre moderado, não perdeu o fim para que tinha sido transferido, fez ver ao povo, que amainasse, pois, elle era chefe da guarnição não queria e nem podia aceitar a honra que acabava de receber.

O povo reluctou e disse, coronel não está no dever do vosso patriotismo e menos no cargo que occupaes recuar neste momento; porque perderdes vossa missão e manchareis, talvez os vossos galões, deixando que corra o sangue parahybano.

Diante desta contigencia, sabendo o coronel, que quando a soberania popular quer até a coroa cede, e ali estão os dias 7 de Abril de 1831 e 15 de Novembro de 1889, sabendo mais que o dr. Venancio só era apoiado pelo elemento official, principalmente pela policia, cedeu, indo ainda garantir o mesmo dr.

De facto, acompanhando a multidão entendeu-se com o dr. Venancio, que depoz-lhe o poder, pedindo porém que o deixasse em palacio, porque n'aquella occasião arriscar-se-hia a ser insultado. til era a indignação que

o dr. contava estar possuído para e migo o povo.

Eis o coronel provando sua moderação e grandeza d'alma para com o vencido, deixou-o ali como simples cidadão, á exemplo mesmo do que tinha feito o inlyto marechal Floriano Peixoto com o generalissimo, o qual passou tres dias em Itamaraty. Foi pena, porém, que o dr. Venancio não o imitasse; ao contrario telegraphou para o Rio dizendo estar socegado em palacio e havia plena paz!!

Nós não podemos deixar de estimar cordialmente ao heroico militar e aos nobres companheiros d'armas, que evitaram o sangue.

Reconhecemos que o coronel Savaget entre os altivos companheiros da junta os illustres democratas drs. Eugenio e Joaquim Fernandes é a garantia da ordem e segurança publica, confiando sinceramente que elles darão melhor direcção a vida economica e politica deste Estado.

Esta é a verdade; portanto continue o «Estado do Parahyba», á verberar, ficando porem convicto de que os seus miasmas nem se aproximam do tacho da bota do altivo militar, quanto mais das lentejoulas dos seus galões.

Epaminondas.

O nosso protesto

Não pretendo entrar em justa conta com a redacção do «Estado do Parahyba», venho apenas fazer alguns reparos sobre o seu artigo de 19 do corrente mez sob a epigraphe acima. E' mesmo impossivel discutir-se com a illustre redacção, que adoptou systematicamente a contradicção como base de raciocinio, a alteração dos factos e negação da verdade, como meios de cortar difficuldades.

Quando se suppunha o «Estado» completamente desconcertado por ter ficado em excepção odiosa com dous ou tres jornaes anarchistas de Pariz eis que se apresenta com ares de sufficiencia, desafiando-me para esmerilhar o seu artigo de 8 de dezembro, e inculcando que ninguem tem mais veneração a memoria de d. Pedro 2.º do que elle, como se não lhe pertencesse a autoria dos pasquins, contendo transcripção de Timandro, sahidos de sua officina: como si não tivessem sido publicados em suas columnas e dictoriaes versos chulos contra a familia de Bragança; como si finalmente o seu alludido artigo não contivesse conceitos deprimentes do grande merito e pureza de intenções do melhor dos brasileiros, taes como, *não fez o bem que podia ter feito, não governou com os principios puros da monarchia constitucional*, e outros, que só podem ser tomados na acceção que resulta da verdadeira significação das palavras. E' muito arrojado!

A «Gazeta do Sertão», que por ter-se collocado em opposição ao governo do dr. Venancio, teve o fim tragico que todos conhecem, querendo, ha pouco mais de dous annos, dar arrhas de republicanismo, noticiou o doloroso passamento da virtuosa ex-Imperatriz do Brazil, pouco mais ou menos nestes seguintes termos: «Falleceu d. Thereza Christina; foi mais um bourbon que desapareceu da face da terra». Entretanto todos os jornaes republicanos do paiz se curvaram reverentes em face do tumulo da excelsa princeza, a quem não regatearam elogios, nem recusaram o titulo nobilissimo de Mãe dos

brasileiros. A redacção da «Gazeta» devia ter ficado desapontada, mesmo porque houve assignante que lhe devolveu o respectivo numero; mas não teve a coragem de vir perante o respeitavel publico commetter um dos peccados contra o Espirito Santo.

Disse o «Estado» que eu abandoniei o terreno das idéas para alter-m-a uma personalidade respeitavel. Entretanto quem lêr desapassionadamente o meu protesto me fará a justiça de reconhecer que não usei de argumento pessoal no confronto, que fiz, entre o regimen decahido e as instituições vigentes, que apreciei em sua marcha e applicação criticando ás vezes com severidade, mas respeitando escrupulosamente á exactidão dos factos.

O «Estado», porém, deslumbrado pela luz da verdade, que se irradiava do meu protesto, que não pôde encarar de frente, ladeia as questões e truca de falso.

Teve tambem a gentileza de qualificar a mim e aos meus correligionarios de pescadores, que procuramos tirar proveito da manifestação sentimental do povo, e insinua ter sido nossa intenção, que o corpo do grande finado vencesse a republica como Cid depois de sua morte, venceu os mouros.

Mas o «Estado» não deve especular com as nossas intenções que ninguem tem o direito de prescrutar.

Entretanto pela minha parte como christão lhe perdoo o juizo temerario.

Asseverou o «Estado» que, eu apesar de monarchista de quatro costados felicitei a junta governativa.

Faltou ainda n'este ponto a verdade, como se poderá verificar do meu telegramma publicado no «Parahybano».

Não felicitei a junta, mas ao dr. Eugenio, meu amigo de todos os tempos, o herdeiro da grande estima e amizade, que consagrei ao seu venerando pai, o commendador Felizardo de saudosa memoria.

E cumpre notar, que, se o meu telegramma fosse dirigido a junta, resalvando, como fiz, as minhas crencas politicas, ainda assim o meu procedimento seria correcto: porque como parahybano devia regosijar-me por ver baquear a olygarchia Neiva, e assumir o governo do estado uma junta composta de cidadãos respeitaveis pela honrabilidade, e, que estou convencido, deixará de parte o interesse de parentes e adherentes, para promover o interesse publico e o bem do estado.

Mas tranquilize-se a redacção do «Estado», não tenho pretensões perante o governo republicano, não sou aspirante a funções publicas. Póde, pois, continuar a ver em mim um concurrente de menos.

Finalmente deo-me o «Estado» talvez por escarneo, o penacho de chefe do partido monarchista d'este estado, honra que nunca aspirei na obscuridade, em que tenho vivido. Me contento em manter a minha autonomia e ser chefe mim mesmo. Acresce que hoje seria impossivel assumir tão elevada posição, desde que, como é geralmente sabido, a maior parte dos sectarios do dr. Venancio voltaram as suas antigas fileiras, se tornaram meus correligionarios, e compreendendo-se que elles não me acceitariam por chefe.

Guarabira, 26 de janeiro de 1892.

José Joaquim de S. e Benedito.

EDITAES

Pela inspectoría desta Repartição se faz publico, que até o dia 29 de fevereiro corrente se fará a bocca do cofre a cobrança da primeira prestação do imposto de industria e profissões do exercicio de 1892, findo o qual os contribuintes concorrerão na multa de 10%, que se elevará a 15%, se não pagarem até 20 de Março do anno vindouro.

Alfandega em 1 de Fevereiro de 1892.

O Inspector,

Vulpiano Cavalcante d'Araujo.

O Conselho de Intendencia Municipal desta capital, faz publico para conhecimento de quem interessar possa, que estão em vigor os prazos marcados nos editaes ns 7 e 9 do anno passado, mandando substituir as varandas de madeira pelas de ferro e fechar com frentes os terrenos desocupados nas ruas calçadas; bem como que fica marcado o prazo de 30 dias a contar de hoje, para os proprietarios dos predios urbanos mandarem concertar as paredes e caiares as respectivas frentes, sob as penas da Lei, visto como não o fizeram no prazo marcado pelas posturas em vigor. Faço do conselho de intendencia municipal da capital do Estado da Parahyba, em 28 de janeiro de 1892.

O Presidente,

Cicero Brasiliense de Moura

O Secretario,

Antonio Jeronymo Monteiro

O Conselho de Intendencia Municipal desta Capital, faz publico para conhecimento de quem interessar possa, que em sessão de 21 do corrente mez, deliberou tornar de nenhum effeito o dizimo sobre lavoura e plantações nes e municipio e reduzir para 5\$000 o imposto sobre cacimbas que somente venderem agoa e crear os impostos de 5\$000 sobre cazas de farinha no mesmo municipio, 200 sobre canoas de tijollo, madeiras e toros de mangue e 100 sobre as de capim e canna que descarregarem no porto do Zumby ou em outro qualquer desta capital e bem assim isentar do dizimo o peixe denominado «Charéo» de qualquer procedencia, que se vender nesta capital, ficando, porem sujeito ao imposto de consummo de 100 por cada um.

Faço do conselho de intendencia municipal da

capital do Estado da Parahyba, 28 de janeiro de 1892.

O presidente

Cicero Brasiliense de Moura

O Secretario

Antonio Jeronymo Monteiro

O Presidente,

Cicero Brasiliense Moura

O Secretario,

Antonio Jeronymo Monteiro.

(2)

ANUNCIOS

LOJA DE BARBEIRO

Firmo de Mello, retirando-se temporariamente para a capital federal, vem por este meio pedir aos seus freguezes que continuem a coadjuv-lo nos misteres de sua profissão, para cujo trabalho, deixa seu irmão J. de Mello, que fará o possível para bem servir-os. Outro sim: agradece-lhes o bom acolhimento e valioso auxilio que lhe dispensarão, e despede-se a guara dando suas ordens n'aquella capital, durante o tempo que lá estiver.

Ao publico

João Antonio Marques, professor jubilado, offerece-se para leccionar francez, mediante modico preço, podendo ser procurado em sua residencia no Tambiá.

DESPENSA FAMILIAR

RUA MACIEL PINHEIRO Nº 19 A

Grande e variado sortimento de secos e molhados, como sejam doces de diversas qualidades, confeitados, geleia, e muitas outras especialidades.

Vendas a dinheiro para livrar os «Callos» sem ser dos pés.

Brevemente daremos a nota dos fabricantes (dos mesmos) se assim formos obrigados, e fiquem prevenidos para não li ver queixas depois, que estamos resolvidos a tornar-nos de pedra e al.

CUSTODIO FIGUEIREDO & C.

COMMERIO

Alfandega

RENDA GERAL

De 1 a 2 411\$680
De hontem 333\$873

RENDA DO ESTADO

De 1 a 2 655\$870
De hontem 752\$568

PAUTA SEMANAL

De 1 a 6 de fevereiro de 1892
Preços dos generos sujeitos a direitos de exportação:

Aguardente de canna, litro 260 reis
« « mel « 150 »
Algodão em rama kilo 580 »
Algodão em fio, kilo 650 »
Arroz em casca idem 060 »
« descascado idem 180 »
Assucar branco idem 300 »
« refinado branco 400 »
« mascavado id 240 »
« b-uto idem 146 »
Borracha de manga-beina idem 1000 »
Café bom idem 900 »
« retalho idem 800 »
« torrado idem 1300 »
Cal idem 050 »
Carne de xarque id 400 »

Charutos bons, em caixa, cento 4800 »
« ordinarios 4800 »
Couros de boi kilo 400 »
Ditos de Bodese outros idem 1000 »
Cigarros milheiro 7000 »
Doce de goiaba kilo 800 »
Fumo bom em folha kilo 900 »
« ordinario id 700 »
« em rolo id 900 »
« picado id 1200 »
« desfiado id 1500 »
Feijão, litro 100 »
Farinha de mandioca idem 050 »
Genebra idem 400 »
Milho idem 050 »
Ossos kilo 020 »
Pannos d'algodão id 300 »
Pontas de boi idem 100 »
Queijos qualquer qualidade idem 1000 »
Rapé idem 1000 »
Sabão idem 253 »
Sal litro 20 »
Sementes d'algodão kilo 050 »
Tartaruga idem 300 »
Unhas de boi idem 120 »
Vellas stearinas kilo 1000 »
Vinagre tinto litro 200 »
« branco idem 400 »
Vinho branco idem 300 »
Vella de cera kilo 1600 »
Alcool litro 300 »
Graxa e sebo kilo 400 »

Typ. do Jornal da Parahyba, Rua Direita nº. 53